

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL - IPADES**

BRASIL: ONDE ESTÁ, E PARA ONDE VAI?

Francisco Benedito da Costa Barbosa

Sócio Presidente IPADES

Simon Kuznets, Prêmio Nobel de economia de 1971, disse certa vez, que existiam quatro tipos de países: desenvolvidos, subdesenvolvidos, Japão e Argentina. O Japão foi o primeiro país asiático a fazer parte dos países ricos, com um modelo que foi imitado por Taiwan, Cingapura, Honk Kong, Coréia do Sul e China. A Argentina pertenceu ao clube dos ricos no início do século XX e desde Perón, na década de 40, vem descendo a ladeira. Ficou para trás na corrida do crescimento econômico, atualmente faz parte do pelotão dos países de renda média.

As experiências de vários países nos últimos cem anos mostram de maneira inequívoca o que não se deve fazer para alcançar o desenvolvimento. A maior tragédia do século passado foi o experimento do socialismo real da União Soviética, China, Cuba, Coréia do Norte, países do leste europeu e do sudoeste da Ásia. Alguns países da África adotaram o socialismo e também se deram mal. O êxito recente da China demonstra que a economia de mercado é uma condição necessária para o crescimento econômico.

O neopopulismo da América do Sul leia-se Argentina, Bolívia, Brasil, Equador e Venezuela, tem criado muitas crises econômicas e nenhum crescimento sustentado. E no caso extremo, que é a Venezuela, levou ao caos econômico-político-social. A primeira característica do neopopulismo é a completa irresponsabilidade na política macroeconômica: descontrole nas contas públicas e na inflação, e juros reais negativos para alguns setores privilegiados. Em alguns países existe mercado negro de câmbio e controle de preços. A corrupção é endêmica minando as instituições e destruindo empresas, aliada a um discurso hipócrita de justiça social.

A teoria do crescimento econômico teve um grande progresso a partir da segunda metade da década de 1980. Isto não significa dizer que se tenha uma receita

pronta para ser aplicada em qualquer situação. Mas qualquer livro-texto sobre esse assunto traz um bom indicador sobre as variáveis do crescimento econômico: a) educação, ou seja, capital humano; b) poupança, isto é, capital físico; c) absorção de tecnologia e inovação; d) incentivos apropriados para a realização dos três itens anteriores; e) instituições que permitam a todos – cidadãos e empresas – igualdade de oportunidades. Para chegar ao desenvolvimento econômico têm-se além dos itens já citados: a) políticas de distribuição de renda via mercado; b) programas de inclusão sociais bem planejados e bem executados sem cunho populista; c) economia de mercado; d) democracia; e) preservação ambiental.

O Brasil, a partir do momento em que o governo adotou como política econômica a “nova matriz econômica” indica seguir o modelo peronista. Esse modelo, aliado a uma corrupção endêmica, colocou o país, em 2015, diante de duas grandes crises: econômica e política.

Na gestão econômica do segundo governo de Dilma Rousseff tem-se uma espécie de permanente tensão entre duas correntes que propõem ações diferentes para ancorar as expectativas fiscais. No campo político tem-se o desfocamento da base de sustentação do governo no Congresso Nacional e o fator *impeachment*.

Na política econômica há aqueles que consideram premente estancar a sucessão de déficits primários, que começaram em 2014 e caminham para se repetir pelo terceiro ano em 2016, salvo mudanças drásticas nos rumos do país, mas não é isto que se apresenta. Segundo essa leitura, uma resposta positiva nos resultados fiscais, já no curto prazo, é primordial para ancorar as expectativas.

É uma abordagem compatível com quem vê muito resultado a colher no desafio de curto e curtíssimo prazo. Provavelmente contém a idéia de que à medida que os maus resultados fiscais vão se sucedendo, há uma degradação adicional das condições econômicas e políticas que vai tornando cada vez mais difícil revertê-los.

Assim, não há nenhuma desconsideração pela agenda de reformas, bem pelo contrário, mas sim a orientação de que esta, embora fundamental, tem um poder pequeno de substituir a ação no *front* imediato – até porque as medidas de fundo são lentas tanto na sua aprovação quanto nos seus efeitos.

Para a segunda corrente, a melhor maneira de ancorar as expectativas fiscais de longo prazo é através de um processo de negociação com os congressistas, que, naturalmente, é mais lento. Desse modo, como o problema é de natureza estrutural, a

agenda do ajuste fiscal, por meio de reformas mais profundas, seria construída paulatinamente, com foco no equilíbrio a ser alcançado mais à frente, ou seja, não há desconsideração pelo problema imediato, mas provavelmente se enxerga a deterioração atual com lentes um pouco menos alarmadas do que as da primeira corrente – não no sentido de que o déficit no curto prazo não deva ser combatido, mas sim de que o prazo para atuar não é tão exíguo.

Assim, ambas as visões concordam quanto ao objetivo – ancorar as expectativas fiscais – e quanto ao papel central que as casas legislativas têm na construção da percepção de estabilidade fiscal. No entanto, existe a divergência quanto aos meios. O primeiro grupo não crê que seja possível chegar ao ajuste fiscal necessário no longo prazo sem um choque na gestão das contas públicas já no curto prazo. Ceder a alguns grupos de pressão detonaria um processo que geraria concessões a outros conjuntos organizados, o que inevitavelmente inviabilizaria os ajustes necessários.

Para a segunda corrente, há o entendimento de que, sem uma ampla negociação com a classe política, resistências seriam criadas, o que tornaria inviável implementar uma estratégia de redirecionamento da economia. Contudo, essa corrente está ciente de que há sempre o risco de os sinais percebidos pelos agentes econômicos serem ambíguos, e mais que isso, as agências de classificação de risco rebaixem a nota do país, o que já ocorreu.

Na crise política, o governo, a cada mês que passa no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, diminui sua liderança sobre a sua própria base de sustentação no Congresso Nacional, e sente se aproximar a realidade da abertura do processo de *impeachment* da presidente da República por parte da Câmara dos Deputados.

A perspectiva do desenrolar do processo de *impeachment*, somada à possibilidade de destituição do presidente da Câmara dos Deputados, suscita cenários ainda pouco claros sobre suas implicações para a economia em 2016. Para alguns analistas a reação imediata dos mercados à abertura do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff reflete a esperança de que a entrada de Michel Temer (PMDB) permita o arranjo de uma ampla coalizão que mitigue a paralisia política. Nesse caso, ele deverá emular o governo de Itamar Franco, fazendo um grande acordo, sem a participação do PT, todavia o apoio do PSDB certamente ocorrerá se Michel Temer

abdicar do direito à reeleição em 2018 e se comprometer com um compromisso bastante institucional da presidência.

Caso Dilma vença a batalha do *impeachment*, seja por reprovação do pedido de julgamento pela Câmara dos Deputados ou posterior absolvição ocorrerá três possibilidades, segundo esses analistas. A primeira é de que a presidente consiga mobilizar o acordo nacional que não conseguiu em 2015, permitindo a execução do ajuste fiscal. Esse é o cenário menos provável, devido ao estilo da presidente, pois teria que ceder ainda mais poder aos aliados e à oposição.

A segunda possibilidade é a consolidação do modelo estabelecido a partir da reforma ministerial do começo de outubro que já demonstrou alguns resultados, como a manutenção dos vetos à chamada pauta bomba, que agravaria ainda mais a situação das contas públicas, e a aprovação da meta fiscal deficitária de 2015. Entretanto, esse é um arranjo muito instável porque depende do desempenho da economia, que ainda tende a se agravar, e os desdobramentos futuros da Operação Lava-Jato. É uma solução apenas para sobrevivência da presidente no curto prazo, sem implicar necessariamente avanços no campo dos ajustes e chances de recuperação da popularidade de Dilma e do PT para 2018.

A terceira possibilidade, inspirada pelo ex-presidente Lula, é a de suavizar o ajuste de curto prazo com o relaxamento das restrições ao crédito e aos estados, dificultando, porém, a equação econômica. O objetivo é um desafogo político com a recuperação do apoio de movimentos sociais e da parcela empresarial e do setor financeiro que a tem apoiado.

Igualmente, não se deve desconhecer que o nível de incerteza é alto e impede a formulação de cenários robustos. Aqui vale lembrar o pesquisador canadense Philip Tetlock, da Universidade da Pensilvânia (EUA) que diz: *“a média de acertos para análises de longo prazo é de apenas 15% - a mesma probabilidade de um chimpanzé atingir o alvo jogando dardos ao acaso”*.

Mas, trata-se de um exercício necessário para tentar organizar uma realidade caótica, que hoje predomina no Brasil. É fundamental essa reflexão coletiva sobre as alternativas à disposição do país.